

**CYBERBULLYING, CYBER AGRESSÃO E RISCOS ON-LINE: COMO A ESCOLA PODE ATUAR DIANTE DOS PROBLEMAS DA (CYBER)CONVIVÊNCIA?**

***CYBERBULLYING, CIBERAGRESIÓN Y RIESGOS ONLINE: ¿CÓMO PUEDE ACTUAR LA ESCUELA ANTE LOS PROBLEMAS DE LA (CIBER)CONVIVENCIA?***

***CYBERBULLYING, CYBER AGGRESSION AND ONLINE RISKS: HOW CAN THE SCHOOL ACT IN THE PROBLEMS OF (CYBER)COEXISTENCE?***



Thais Cristina Leite BOZZA<sup>1</sup>  
e-mail: thaisbozza@hotmail.com



Telma Pileggi VINHA<sup>2</sup>  
e-mail: telmavinha@gmail.com

**Como referenciar este artigo:**

BOZZA, T. C. L.; VINHA, T. P. Cyberbullying, cyber agressão e riscos on-line: Como a escola pode atuar diante dos problemas da (cyber)convivência. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, n. 00, e023059, 2023. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v18i00.18444>



- | Submetido em: 05/04/2023
- | Revisões requeridas em: 17/06/2023
- | Aprovado em: 22/07/2023
- | Publicado em: 05/09/2023

**Editor:** Prof. Dr. José Luís Bizelli  
**Editor Adjunto Executivo:** Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

<sup>1</sup> Instituto Vera Cruz (IVC), São Paulo – SP – Brasil. Professora do curso de Pós-graduação “As Relações Interpessoais na Escola”. Doutorado em Educação (UNICAMP).

<sup>2</sup> Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas – SP – Brasil. Professora titular da Faculdade de Educação do Departamento de Psicologia Educacional. Doutorado em Educação (UNICAMP).

**RESUMO:** Os problemas de convivência no meio on-line estão cada vez mais presentes na vida das nossas crianças e adolescentes, de modo que usar essa tecnologia de forma ética, consciente e positiva passou a ser uma demanda da área da educação. Muitas escolas enfrentam situações relacionadas ao uso indevido e desrespeitoso de celulares e redes sociais, envolvendo principalmente alunos, mas também educadores e familiares. Diante desse desafio, propomos o programa educativo “A Convivência Ética On-line”, para ser desenvolvido com estudantes, que pode inspirar e nortear ações educativas e preventivas das escolas que desejam trabalhar com essa temática. Neste artigo, apresentamos os problemas de convivência que atingem nossos estudantes, tais como cyberbullying, cyber agressão, riscos virtuais; e as principais características do programa para educadores que buscam estudar e desenvolver ações em busca da (ciber)convivência ética.

**PALAVRAS-CHAVE:** Convivência. Cyberbullying. Cyber Agressão. Programa. Educação.

**RESUMEN:** Los problemas de ciberconvivencia están cada vez más presentes en la vida de nuestros niños y adolescentes, por lo que utilizar esta tecnología de forma ética, consciente y positiva se ha convertido en una exigencia en el ámbito educativo. Muchos centros educativos se enfrentan a situaciones relacionadas con el uso inadecuado e irrespetuoso de los teléfonos móviles y las redes sociales, en las que se ven implicados principalmente alumnos, pero también educadores y familiares. Ante este reto, proponemos el programa educativo "Convivencia Ética On-line", a desarrollar con los alumnos, que puede inspirar y orientar las acciones educativas y preventivas de los centros que deseen trabajar con esta problemática. En este artículo presentamos los problemas de convivencia que afectan a nuestros alumnos, como el cyberbullying, las cyberagresiones, los riesgos virtuales; y las principales características del programa para educadores que quieran estudiar y desarrollar acciones en busca de la ciberconvivencia ética.

**PALABRAS CLAVE:** Convivencia. Cyberbullying. Cyberagresión. Programa. Educación.

**ABSTRACT:** The problems of (cyber)coexistence are increasingly present in the lives of our children and adolescents, so that using this technology ethically, consciously and positively has become a demand of education. Many schools face situations related to the improper and disrespectful use of cell phones and social networks, mainly involving students, but also educators and family members. Faced with this challenge, we propose the educational program "A Convivência Ética On-line", to be developed with students, which can inspire and guide educational and preventive actions by schools wishing to work with this issue. In this article we present the problems of coexistence that affect our students, such as cyberbullying, cyber-aggression, virtual risks; and the main characteristics of the program for educators seeking to study and develop actions in search of ethical (cyber)coexistence.

**KEYWORDS:** Coexistence. Cyberbullying. Cyber aggression. Program. Education.

## Introdução

Em 2020, devido à crise sanitária provocada pela pandemia de COVID-19, houve um aumento na proporção de usuários de Internet em comparação com 2019, no Brasil. A adoção de atividades de ensino remoto por muitas escolas, imposta pelas medidas de distanciamento social, intensificou o uso de ambientes on-line, principalmente entre crianças e adolescentes, que já eram usuários assíduos desses espaços.

Ainda que haja uma profunda desigualdade de acesso à Internet, uma vez que há prevalência de usuários de classes socioeconômicas mais altas, o Brasil atingiu o marco de 152 milhões de usuários da rede, o que corresponde a 81% da população do país com 10 anos ou mais (CETIC, 2020). Pela primeira vez, o levantamento identificou uma proporção maior de domicílios com acesso à Internet (83%) do que indivíduos usuários (81%). O estudo também mostrou que houve um aumento na presença de computador (desktop, portátil ou tablet) nos domicílios (passou de 39% em 2019 para 45% em 2020), revertendo uma tendência de declínio que vinha se desenhando nos últimos anos. O uso da rede pelas crianças e adolescentes entre 10 e 17 anos, para a realização das atividades escolares, também se ampliou. O número de estudantes que realizaram atividades ou pesquisas escolares na Internet aumentou de 72% em 2019 para 89% em 2020, e dos que estudaram pela Internet por conta própria de 50%, em 2019, para 69%, em 2020.

Além disso, houve um aumento expressivo do acesso às redes sociais por crianças e adolescentes. Segundo o relatório TIC Domicílios (CETIC, 2020), o acesso à plataforma Instagram apresentou o maior crescimento comparado com outras redes sociais. Entre a população de 9 a 17 anos, o número de sujeitos que possuíam uma conta no Instagram passou de 36%, em 2016, para 45%, em 2018, e em 2020 esse número atingiu a marca de 64%. Outra rede social que também se destacou foi a plataforma TikTok: 46% da população nessa faixa etária possui um perfil na rede. A proporção foi expressivamente superior aos que possuíam perfil no Snapchat (18%) e no Twitter (14%). Tanto o Instagram como o TikTok são plataformas cujas funcionalidades centrais estão no compartilhamento e acesso a vídeos, indicando grande interesse de consumo desse tipo de conteúdo por crianças e adolescentes.

Considerando essa intensificação da participação de crianças e adolescentes nos ambientes on-line, sobretudo nas redes sociais, enfatizamos alguns pontos que merecem atenção dos educadores. Inúmeros são os problemas e desafios advindos das relações virtuais e das possibilidades que esse meio oferece, tais como: cyberbullying e outras formas de violência on-line, acesso a conteúdos impróprios para a idade, o contato com comportamentos nocivos,

os riscos e a vulnerabilidade que este espaço proporciona; bem como a influência dos meios digitais na constituição da identidade das crianças e jovens. Ainda que qualquer pessoa esteja exposta a esses problemas, este artigo visa focar os impactos do uso da Internet e redes sociais na vida das crianças e adolescentes e o papel da escola diante desse cenário, uma vez que essa população está em desenvolvimento tanto cognitivo quanto afetivo e moral e que, portanto, necessita de limites, acompanhamento e formação para compreender e enfrentar os diversos problemas e desafios on-line, bem como pautar suas ações na internet em valores éticos.

A seguir, discorreremos sobre as características do espaço virtual e os principais riscos e desafios enfrentados pelos público infanto-juvenil atualmente.

### **Características do ciberespaço e a convivência on-line**

A forma como as plataformas on-line são organizadas e o próprio funcionamento da internet permite acesso a conteúdos ilimitados, conexão com pessoas anônimas, interações aceleradas, propagação de conteúdos em larga escala, indicando uma dupla função dessa ferramenta: potência para ações positivas e negativas, dependendo da forma como a utilizamos. Por isso, é importante conhecermos as características do meio on-line que impactam na forma como convivemos nesse ambiente, podendo agravar situações de violência e ampliando alguns riscos.

A primeira característica é que existe a possibilidade do anonimato em espaços on-line, ou seja, quem pratica crimes ou atos de violência na internet pode não se mostrar, o que dificulta a identificação do autor e, conseqüentemente, sua responsabilização. Outro aspecto importante é que há a permanência dos conteúdos on-line, isto é, informações tendem a ficar registradas para a posteridade, dificultando a reversibilidade de algumas situações. Além disso, não sabemos quem pode ter acesso aos conteúdos e informações que compartilhamos nesse meio: são as chamadas “audiências invisíveis” (BOYD, 2010), aqueles usuários que observam, coletam, compartilham ou armazenam dados pessoais de outras pessoas.

Nesse sentido, ainda que utilizemos meios digitais privados para compartilhamento de informações, segredos, senhas, relatórios confidenciais ou qualquer outro conteúdo, a partir do momento em que adentram no espaço on-line, deixam de estar sob o controle do usuário, pois não há garantias de que mais ninguém terá acesso. Isso significa que estamos diante de um ambiente em que, apesar de possuir ferramentas que asseguram privacidade de dados e informações, a internet é, sobretudo, um espaço público, onde rapidamente um conteúdo pode ser exposto para um número muito grande de usuários.

São essencialmente essas características que potencializam o que denominamos de problemas de convivência on-line, como violências e riscos virtuais. Passemos a essas reflexões.

### Cyber agressões

O termo cyber agressão, geralmente, é utilizado para designar a agressão de forma ampla, quando há a intenção de causar um dano a uma pessoa, utilizando, para isso, celulares, internet e redes sociais. Há, no entanto, vertentes dessa forma de violência. Destacamos aqueles que mais acometem crianças e adolescentes, como: *cyberbullying*, *sexting*, *shaming* e linchamentos virtuais.

O *cyberbullying* é marcado por uma característica que o diferencia dos demais tipos de violência on-line, uma vez que corresponde a ações violentas e intencionais entre pares, no ambiente virtual (DEMPSEY *et al.*, 2011), ou seja, entre os alunos de uma escola, por exemplo. Temos observado com frequência nas redes alguns comportamentos nocivos envolvendo estudantes, como humilhações; divulgar segredos, imagens ou mensagens privadas de colegas; criar perfis falsos para compartilhar materiais e informações que prejudicam alunos; ofender um colega na internet ou excluí-lo intencionalmente de um grupo on-line ou criar um grupo para difamar e falar mal de um colega, entre outros. São todas ações marcadas pelo desrespeito, que impactam diretamente nas relações estabelecidas pelos alunos no ambiente escolar e podem acentuar o sofrimento de quem é alvo, uma vez que o autor da agressão, ainda que anônimo, é uma pessoa conhecida, um aluno ou aluna da mesma turma ou da mesma escola.

Situações de violência on-line entre pares podem abarcar outros subtipos de *cyber* agressões. Uma delas é o *shaming* (vergonha pública massiva, em tradução livre), isto é, quando as redes sociais são usadas como meio para envergonhar, constranger, ridicularizar ou expor indivíduos publicamente (VRIES, 2015). Um exemplo que frequentemente envolve estudantes é a criação de *memes* ou figurinhas de WhatsApp, com o objetivo de humilhar ou ridicularizar um colega. Ou seja, há a manipulação da imagem de uma pessoa (que pode vir acompanhada de texto ou não), que se espalha rapidamente entre usuários nas redes, atingindo alta popularidade.

Há também casos específicos, em que um sujeito se expõe ou é exposto na internet e acaba sendo julgado por uma multidão de usuários de redes sociais. Temos visto um movimento de comportamento de massa nesse ambiente, em que as pessoas se agrupam para opinar e até condenar um suposto transgressor até obter seu “assassinato virtual e social”. Esse movimento

recebe o nome de linchamento virtual, um fenômeno historicamente conhecido pela humanidade, mas que é potencializado pelo poder difusor da internet. Casos de exposição que resultam em linchamentos acometem adolescentes de todo o Brasil. Em 2020 iniciou-se um movimento na rede social Twitter denominado *Exposed*, em que internautas passaram a expor relatos, envolvendo figuras públicas ou pessoas comuns, denunciando supostos crimes e outros tipos de transgressões. Diversas escolas enfrentaram situações em que seus alunos foram expostos na rede, acusados de cometer assédio sexual; alguns casos repercutiram de forma tão grave para os envolvidos que estes passaram a sofrer ameaças na internet e fora dela.

Um dos principais problemas enfrentados no momento nas redes sociais é o discurso de ódio. Compreendemos o fenômeno como “manifestação discriminatória externalizada, que abrange os atos de discriminar e de instigar a discriminação contra determinado grupo de pessoas que possuem uma característica em comum” (SILVA *et al.*, 2011, p. 450). São exemplos: manifestações de homofobia, de discriminação racial, social, religiosa e de gênero, que se manifestam em redes sociais de forma explícita ou velada, muitas vezes, disfarçada de humor nos *memes*, figurinhas, piadas etc.

Outro tipo de *cyber* agressão que vem ganhando destaque no mundo todo pelo aumento da sua incidência, principalmente entre os jovens, é o *sexting*, situações em que há troca de material de conteúdo sexual por meio de dispositivos tecnológicos (VAN *et al.*, 2015). O compartilhamento em massa desses conteúdos íntimos (conhecido popularmente no Brasil pela expressão “vazamento de *nudes*”) resulta num alto nível de sofrimento para quem é exposto.

O *sexting* já era um problema antes da pandemia: dados divulgados pela UNICEF (2019) apontavam a presença do fenômeno na vida de adolescentes. Entre as 14 mil brasileiras, de 13 a 18 anos de idade, que participaram desse estudo, 35% já mandaram fotos ou vídeos íntimos a alguém; mais de 70% já receberam imagens íntimas de alguém sem pedir; 80% já receberam pedidos de alguém para enviar imagens nuas; menos de 20% disseram já ter solicitado imagem de nudez a alguém. Cerca de 55% indicaram o aplicativo WhatsApp como o principal ambiente on-line utilizado para compartilhar as imagens; uma plataforma de mensagens privadas, mas que devido à possibilidade de compartilhamento da internet, permite que essas imagens rapidamente possam ser expostas publicamente. Entre as meninas entrevistadas, 10% já tiveram imagens íntimas divulgadas e relatam sentimento de culpa, solidão, tristeza; além de não encontrarem nem na família nem na escola apoio para enfrentar a situação. A maioria das meninas também desconhece qualquer rede de proteção para vítimas de vazamento de imagens íntimas sem consentimento: apenas 6% conheciam canais de ajuda. Quando questionadas sobre

a atuação da escola, 70% das meninas disseram que o assunto nunca havia sido discutido em sala de aula, indicando que não há espaço para esse tema no cotidiano educativo.

O compartilhamento de imagens íntimas envolvendo menores de idade pode remeter a um outro problema. Sabemos que a internet é hoje mais um espaço utilizado por cybers criminosos que praticam aliciamento de menores, ou seja, sujeitos que, intencionalmente, aproveitam-se da vulnerabilidade e do fácil acesso às crianças e adolescentes no meio on-line. Segundo Cappellari (2005, p. 68), antes da internet esse problema já existia, mas tinha alcance limitado. Atualmente, devido às ferramentas digitais e características do meio on-line, criminosos conseguem produzir e compartilhar material pornográfico de forma rápida e ampla; bem como se aproximar de menores de idade de forma muito mais velada, passando-se por uma criança ou adolescente. Dessa forma, conseguem se aproximar e ganhar confiança até seduzir a vítima para conseguir o que querem.

Tanto o ato sexual em si quanto a produção e a disseminação de material de pornografia infantil são crimes previsto pela lei brasileira no artigo 217-A do Código Penal (BRASIL, 2009), e nos artigos 240 e 241 do Estatuto da Criança e Adolescente (BRASIL, 1990). Além da questão legal, existe a dimensão ética envolvida em situações de disseminação de conteúdo íntimo, uma vez que há exposição da privacidade de um menor na internet, um espaço genuinamente público e potente para compartilhamento de conteúdo em larga escala e irreversibilidade de ações.

### **Riscos Virtuais**

Essa facilidade de repassar uma imagem ou outro conteúdo nas redes também deixa nossos jovens expostos a riscos. Estamos falando das “Fake News” ou dos “boatos on-line”, que são conteúdos criados intencionalmente para promover desinformação. De acordo com Valente (2019), um conteúdo falso encontra um terreno fértil nas redes sociais, porque ali há grupos homogêneos que confirmam visões de mundo dos internautas, formando verdadeiras “bolhas”. Há, também, o fator emocional relacionado ao compartilhamento de desinformação, porque trata-se de conteúdos que provocam sentimentos intensos em quem os recebe. Essa é a grande estratégia que há por trás da propagação de boatos ou conteúdos enganosos: influenciar as nossas emoções.

Quando buscamos verificar a habilidade de crianças e adolescentes para analisar criticamente os conteúdos que estão expostos nas redes, identificamos pesquisas que apontam para certa dificuldade. Segundo um estudo divulgado pela Universidade de Stanford

(WINEBURG *et al.*, 2016) com 7.804 alunos do ensino médio e ensino superior, cerca de 82% dos alunos do ensino médio não conseguiam distinguir entre um anúncio rotulado como “conteúdo patrocinado” e uma notícia real em um site. Muitos alunos julgaram a credibilidade das notícias com base na quantidade de informações que continham ou se uma foto estava anexada na notícia, e não na fonte.

Outro estudo realizado pela Plan Internacional (2021) identificou que quase nove em cada dez meninas foram afetadas negativamente por Fake News sobre a pandemia de COVID-19. Participaram deste estudo 26 mil meninas de 15 a 24 anos de 26 países. Das 1 mil entrevistadas no Brasil, quatro em cada dez não sabem ao certo como identificar as notícias falsas nas redes sociais; destas, 6% não sabem diferenciar uma notícia falsa de uma verdadeira, indicando uma lacuna na formação dessas adolescentes. Ademais, 35% relataram que as informações falsas estão afetando sua saúde mental, deixando-as estressadas, preocupadas e ansiosas – no Brasil, esse número chegou a 46%.

Saúde mental: esse é o tema que vem ganhando destaque quando refletimos sobre uso da internet por crianças e adolescentes. Pesquisas que avaliam desde dependência, compulsão, fobias até influência na construção da autoimagem e formação da personalidade, têm alertado familiares e educadores com relação ao tempo de uso de celulares e redes sociais e os tipos de conteúdo que seus filhos e filhas, alunas e alunos têm acesso.

Segundo Wen (2018), o maior problema relacionado ao uso dos smartphones é a perda da noção do limite, isto é, há uma dificuldade acentuada de nos desconectarmos do “mundo virtual” e focarmos no “mundo real”. Devido à mobilidade dos celulares, o aparelho está presente nas mais diversas situações do nosso dia a dia, possibilitando o acesso às redes sociais, jogos e outros aplicativos a qualquer momento e em qualquer lugar. Selman e Weinstein (2015) indicam que essa presença constante do celular pode causar experiências de estresse emocional, denominado de sufocamento digital, devido à grande quantidade de mensagens e notificações que recebemos ininterruptamente nas plataformas virtuais. Além do sufocamento, há o desenvolvimento de medos excessivos, como, por exemplo, a *nomofobia*, que é o medo de ficar sem o celular ou sem conexão à internet. Os sintomas da *nomofobia* podem variar: vão desde verificar obsessivamente as mensagens no celular até a incapacidade de desligá-lo, carregar constantemente a bateria do celular, demonstrar irritação ao estar em locais sem conexão e ser incapaz de ir ao banheiro sem levar o telefone junto.

Uma pesquisa realizada pelo YouGov aponta que 79% dos jovens entre 18 e 24 anos afirmam que raramente ou nunca saem de casa sem o celular; e em casa, ao mudar de cômodo,



49% levam o telefone com eles. Os jovens afirmam que se sentem nervosos e “perdidos”, quando estão desconectados de suas identidades on-line (WALDERSE, 2019). Mas, ao mesmo tempo, acreditam que seriam mais capazes se concentrar mais sem o celular, o que indica que ele é um elemento demasiadamente distrativo. A média de horas diárias que o brasileiro despense na internet é a mais alta do mundo, são 4h e 48 minutos, confirmando a clara dependência ou dificuldade de limitar o tempo que permanecemos conectados.

E se o tempo que passamos conectados é um sinal de alerta, o que fazemos na internet nesse tempo também é. Segundo o relatório Digital In (2021), 98,8% dos usuários de internet que possuem entre 16 e 64 anos de idade consomem conteúdo de vídeo na internet. Ainda de acordo com os dados divulgados, a plataforma de vídeos YouTube é a mídia digital mais acessada se comparada a outras mídias. A apropriação do YouTube como um espaço de produção e compartilhamento de conteúdo fez emergir uma categoria específica utilizada para denominar esses produtores: são os chamados *youtubers*. Segundo Andrade e Castro (2021), *youtuber* é “o internauta que cria e publica seu vídeo na rede utilizando como suporte o site do YouTube. Quando o *youtuber* é uma criança, dá-se o nome de *youtuber* mirim” (p. 3); essa categoria apresentou em 2016 um crescimento de 564% em relação ao ano anterior.

Os vídeos produzidos pelos *youtubers* são os principais conteúdos acessados por crianças e adolescentes. E com isso, estes acabam se tornando figuras de referência para o público infanto-juvenil. Pesquisas recentes (MIRANDA, 2019; MONTEIRO, 2018) concluem que eles exercem um forte poder de persuasão nas crianças, indicando que estes são vistos por elas como sujeitos admiráveis, desempenhando, portanto, um papel importante na construção da autoimagem e da formação da personalidade desse público.

Além disso, as crianças que ainda estão em formação tendem a reproduzir algumas ações dos seus *youtubers*. Em 2018, conduzimos uma investigação com 175 alunos do Ensino Fundamental, com idades entre 9 e 11 anos, de uma escola particular da cidade de São Paulo, com o objetivo de verificar a origem de alguns comportamentos das crianças, tais como pegar alimentos no chão e comer ou pular de um lugar alto; nossa hipótese era que muitos desses “desafios” teriam sido lançados por *youtubers*. Em nossos resultados, constatamos que, em média, 40% dos alunos já haviam imitado desafios propostos pelos *youtubers*. Na época analisamos alguns vídeos produzidos por eles e encontramos desafios arriscados ou desrespeitosos, que vão desde dar tapas que deixam marca no corpo de alguém, até permanecer com a cabeça embaixo d’água segurando a respiração. Concluimos, a partir dessa investigação,

que as crianças têm dificuldade de mensurar os riscos a que estão sujeitas diante desse tipo de comportamento, uma vez que são ações realizadas por adultos que são referências para elas.

Muitos não só imitam, mas também se identificam com aspectos físicos ou emocionais, bem como, com os valores que são importantes para esses sujeitos. Esse é um dos grandes desafios presentes no universo on-line em relação à formação da identidade e autoimagem de crianças e jovens: o impacto emocional e comportamental que são influenciados por modelos identificatórios. Não é por acaso que essas figuras são consideradas influenciadoras digitais, uma vez que exercem um poder de persuasão, orientam tendências, comportamentos e opiniões. E podem, inclusive, monetizar suas páginas ou canais on-line, usando suas redes sociais como vitrines para exibir campanhas publicitárias, em que padrões sociais de beleza são reproduzidos, podendo impactar diretamente na construção da identidade e na percepção corporal de seus usuários (BERENGUER; FERNÁNDEZ, 2019).

É comum observamos no perfil virtual de influenciadores digitais exposição de fotos editadas por filtros oferecidos pelas plataformas, exaltando corpo, rosto, cabelo. Jovens seguem esse padrão de comportamento, manipulando suas fotos on-line, devido a uma preocupação excessiva com a aparência. Rajanala, Maymone e Vashi (2018) revelam dados preocupantes: pessoas têm procurado cirurgias plásticas para ajudá-las a se parecerem mais com as suas próprias versões sob os efeitos dos filtros. Trata-se de um problema denominado “dismorfia corporal”, em que pessoas perdem o contato com a realidade, criando a expectativa de que devem parecer perfeitas o tempo todo.

Essa idealização da imagem perfeita impulsiona o excesso de postagens e conseqüentemente a busca por popularidade nas redes. O popular é aquele que possui um número elevado de “seguidores” que acompanham e interagem com o perfil, atribuindo “curtidas” (ou *likes*) em suas fotos, compartilhando seus conteúdos ou visualizando seus vídeos. As ferramentas disponíveis nas principais redes sociais e o funcionamento dos algoritmos nesse espaço potencializam o alcance desses conteúdos digitais, atingindo muitas vezes um público amplo. E é nesse contexto de exposição da vida em um espaço público, em que a aparência é fundamental, que muitas crianças e adolescentes convivem.

Há implicações que precisam ser consideradas ao refletirmos sobre o uso das redes sociais nesse contexto de superexposição. Uma delas é dificuldade evidente de muitos usuários em estabelecer limites entre o que é público e o que é privado na internet. Podemos observar com frequência conteúdos publicados em que há exposição da rotina, objetos pessoais, intimidades (como segredos, experiências pessoais, imagens de nudez), dados pessoais, entre

outras situações com essas mesmas características. Os riscos da exposição pessoal nas redes sociais são altos. Muitas vezes, os usuários divulgam informações privadas na internet não dimensionando o impacto que isso pode causar. A segurança não é utilizada, muitas vezes, como critério ao fazer uma postagem ou acessar um conteúdo on-line e, conseqüentemente, a imagem ou os dados pessoais podem ser usados para fins diversos.

Ademais, na perspectiva do desenvolvimento de crianças e adolescentes, La Taille (1998) elucida que essa constante violação da privacidade pode impactar na construção da “fronteira da intimidade”; isto é, essa exposição demasiada de conteúdo de âmbito privado na internet pode promover um desequilíbrio na construção desse limite, implicando em uma dificuldade maior de guardar para si sentimentos, ou acontecimentos, que o sujeito não quer compartilhar ou que o outro não tem o direito de saber. Explica que crianças e adolescentes necessitam de um abrigo seguro para crescerem sem serem perturbados, contudo, parece que o direito de estar só é constantemente desrespeitado na era da internet e redes sociais. Atualmente, quase não existe a possibilidade de um adolescente estar sozinho. Não fisicamente, pois pode estar sozinho em seu quarto, mas virtualmente está interagindo ininterruptamente com os pares ou até identidades desconhecidas. Este, inclusive, é um outro tema que precisamos refletir com os jovens, a comunicação com pessoas desconhecidas, que se unem em fóruns com interesses comuns, permitindo, muitas vezes, o acesso fácil a grupos ou comunidades extremistas nas redes sociais como WhatsApp, Discord, Instagram, TikTok, Telegram etc.

Diante desse cenário, é evidente que precisamos incorporar essas temáticas à educação escolar. A convivência on-line impacta diretamente a convivência presencial e vice-versa, uma vez que não são espaços distintos. Se os nossos alunos e alunas estão vivenciando ou até mesmo praticando algumas das situações descritas anteriormente, é função da instituição educativa refletir sobre esse contexto e formar seus estudantes para que aprendam a usar as ferramentas digitais. Esse saber não se refere somente ao uso técnico, mas, principalmente, ao uso ético, seguro e saudável das mídias sociais.

### **O programa educativo “A Convivência Ética On-line”**

Partimos da premissa de que é necessário a institucionalização das questões que envolvem o universo virtual no âmbito escolar. Começar investindo na formação continuada dos profissionais da educação, visando a melhoria da qualidade das relações e o estudo e a reflexão sobre temas que envolvem a (cyber)convivência, é fundamental. Além disso, é preciso uma mudança curricular. Tais temáticas precisam ser incorporadas nas disciplinas ministradas

aos estudantes e/ou em um espaço sistematizado em que as competências socioemocionais e valores morais, fundamentais para a melhoria das relações na internet e fora dela, sejam objetos de conhecimento e reflexão.

É nesse sentido que defendemos a importância de a escola se preparar para essa demanda atual e planejar ações educativas e preventivas, a fim de formar alunos e alunas para o uso ético do espaço virtual. Promover a convivência ética on-line implica em enfrentar as violências, preconceitos, intimidações, desrespeitos, manipulações, abusos e mentiras que são propagadas (VINHA *et al.*, 2017). É preciso intencionalidade neste trabalho, visando a implantação de procedimentos que tenham como objetivo a formação de pessoas mais humanas, justas, generosas; a melhoria da qualidade das relações on-line, a construção de regras para o bom uso da tecnologia; a reflexão e tomada de consciência acerca da complexidade dos problemas de convivência manifestados na rede e suas consequências.

Por isso, apresentamos os pressupostos do programa educativo “A Convivência Ética On-line” que foi implantado e avaliado (BOZZA, 2021) para ser desenvolvido com estudantes do Ensino Fundamental e Médio (adequando as temáticas a cada faixa etária), que preza pela boa convivência em espaços virtuais, mas não se restringe apenas a ela, envolvendo um processo em que as relações, os comportamentos, os costumes, são refletidos e criticados pelos alunos e, assim, são pensadas e discutidas novas formas de conviver nesses ambientes. Compreendemos por “programa educativo” uma série de ações planejadas e articuladas para serem desenvolvidas com estudantes, educadores e familiares, visando a prevenção, intervenção aos problemas de convivência on-line e o fomento de valores éticos essenciais para a (cyber)convivência. No entanto, neste artigo enfocamos o trabalho apenas com os estudantes.

A perspectiva teórica para o desenvolvimento deste programa é a construtivista piagetiana, uma vez que há princípios que norteiam esse trabalho: a formação moral dos estudantes (PIAGET, 1932, 1994); a promoção de um ambiente sociomoral cooperativo em sala de aula (DEVRIES; ZAN, 1998); a pedagogia relacional como prática pedagógica (BECKER, 1993, 2002); o uso de métodos ativos nas aulas (PIAGET *et al.*, 1977); e o trabalho com práticas morais (PUIG, 2004).

Ademais, o programa integra componentes curriculares da BNCC, abarcando principalmente as competências gerais 4 e 5, que estão relacionadas diretamente ao uso da tecnologia, buscando desenvolver as competências e habilidades relacionadas ao uso crítico e responsável dos meios digitais. De acordo com as diretrizes, é papel da escola capacitar os estudantes para que desenvolvam habilidades e “critérios de curadoria e de apreciação ética e

estética, considerando, a profusão de notícias falsas, de pós-verdades, do cyberbullying e de discursos de ódio nas mais variadas instâncias da internet e demais mídias” (BRASIL, 2018, p. 488).

Há competências socioemocionais e valores sociomoraís que consideramos fundamentais para o desenvolvimento de um programa nessa área. Formar sujeitos que sejam capazes de: enfrentar situações difíceis de forma assertiva (assertividade), de refletir sobre si e obter informações sobre si mesmo (auto-observação); conhecer e valorizar positivamente o próprio eu (autoconhecimento); conduzir as próprias ações e fazer escolhas pautadas em valores éticos (autorregulação); valorizar-se positivamente de forma articulada com valores éticos (autorrespeito); adquirir informação e comparar os diversos pontos de vista sobre a realidade, com a finalidade de entendê-la e comprometer-se a melhorar (compreensão crítica); intercambiar opiniões e pontos de vista de outros interlocutores, com a intenção de entrar em entendimento (habilidade dialógica); pensar em problemas morais, de maneira justa e solidária (julgamento moral); comover-se com estado de sofrimento alheio, em espaços virtuais, em que há a distanciamento físico e emocional entre os sujeitos (cyber empatia); antecipar e analisar as consequências de determinada ação por meio de critérios morais (pensamento consequencial); perceber e responder aos riscos, considerando as dimensões repletas de valores (percepção de riscos); respeitar todas as pessoas, considerando a singularidade de cada uma (respeito).

Baseados nas conclusões resultantes da nossa revisão de literatura (BOZZA, 2021), observamos que diversos temas e aspectos formativos precisam ser considerados em programas educativos nessa área, que vão além do *cyberbullying* e outras cyber agressões. Dimensões que envolvem o âmbito da imagem virtual, os relacionamentos on-line, os comportamentos nocivos na rede, bem como os riscos que estamos sujeitos no espaço on-line, além de um trabalho voltado para o uso positivo, são fundamentais na estrutura de um plano curricular que contempla a convivência on-line. Além disso, defendemos que qualquer programa nessa área deve ser flexível, uma vez que as mudanças no espaço virtual são rápidas, os problemas são diversos e as relações virtuais múltiplas, ou seja, para trabalhar a (cyber)convivência na escola é preciso levar em conta a complexidade do universo on-line.

## Currículo para a promoção da convivência ética on-line e prevenção da violência virtual

A seguir, organizamos uma matriz curricular fundamentada em estudos apresentados em trabalhos anteriores (BOZZA, 2016; 2021), em que objetivamos descrever brevemente cada um dos componentes curriculares no programa educativo “A Convivência Ética On-line”, bem como seus objetivos, os possíveis temas de trabalho que integram cada um e os valores e competências trabalhadas. A matriz curricular está representada a seguir (Quadro 1, Quadro 2, Quadro 3, Quadro 4, Quadro 5).

**Quadro 1 – Componente curricular: imagem virtual**

<b>Descrição</b>	Trata-se da imagem que o sujeito constrói e/ou exibe de si no meio virtual por meio de suas ações e dos conteúdos que expõe na rede, bem como possíveis consequências dessas ações e conteúdos expostos.
<b>Objetivos</b>	Refletir sobre a própria imagem que é exposta no meio virtual - a “vitrine”, ou a imagem que é transmitida aos outros nas redes sociais - a partir dos conteúdos que são publicados, compartilhados ou “curtidos”, bem como possíveis consequências dessas exposições. Analisar e refletir sobre as características de perfis públicos que os alunos seguem (influencers digitais) ou os grupos on-line que integram, bem como tomar consciência da influência destes no próprio comportamento e ações.
<b>Temas e conteúdos</b>	Privacidade: limite entre espaço público e privado, exposição da intimidade. Autoimagem e imagem revelada: narcisismo presente nas selfies, popularidade na internet, necessidade e pressão para ter likes nas postagens, edição de fotos para modificar o que consideram “defeitos físicos”, imagem virtual x imagem real, vitrine, revelação das imagens de si (o que é valor para o sujeito). Admiração: Influencers digitais ou perfis de “famosos” que interferem na construção da autoimagem, comportamentos e consumo de seus seguidores; pressão para integração em grupos on-line.
<b>Competências socioemocionais e valores sociomoraís</b>	Auto-observação Autoconhecimento Autorregulação Pensamento Consequencial Percepção dos riscos Respeito Autorrespeito

Fonte: Elaboração do autor

**Quadro 2 – Componente curricular: relacionamentos on-line**

<b>Descrição</b>	Trata-se das modalidades de relacionamento presentes no universo on-line e a influência das ações on-line nas relações interpessoais estabelecidas presencialmente.
<b>Objetivos</b>	Refletir sobre as formas de relacionamento presentes no universo on-line, bem como a influência das ações on-line nas relações interpessoais presenciais.
<b>Temas e conteúdos</b>	Relações de afeto: amizade e relações amorosas on-line, manifestações de ciúmes e controle do(a) parceiro(a) ou dos(as) amigos(as) utilizando ferramentas virtuais, uso e funcionamento dos aplicativos de relacionamentos. Confiança: compartilhamento de senhas, traição on-line, manter “contatinhos”, envio e recebimento de <i>nudes</i> . Comunicação: indiretas manifestadas nas redes sociais, distorção ou dificuldade de interpretação da intenção numa mensagem on-line, deixar no vácuo.
<b>Competências socioemocionais e valores sociomoraís</b>	Assertividade Autorregulação Empatia Virtual Habilidades dialógicas Pensamento Consequencial Respeito ao outro

Fonte: Elaboração do autor

**Quadro 3 – Componente curricular: comportamentos on-line**

<b>Descrição</b>	Trata-se especificamente de condutas de usuários na internet, incluindo as nocivas, bem como as implicações decorrentes de determinados tipos de comportamento on-line.
<b>Objetivos</b>	Conhecer e refletir sobre condutas nocivas ou desrespeitosas de usuários na internet, bem como as implicações éticas e legais decorrentes de determinados tipos de comportamento on-line.
<b>Temas e conteúdos</b>	Agressões on-line: cyberbullying, exposição de conteúdo vexatório ou vulnerável na rede, linchamentos virtuais, <i>sexting</i> e pornografia de vingança, assédio sexual on-line, <i>haters</i> e <i>trolls</i> , discurso de ódio, importunação sexual. Preconceito: racismo, homofobia, xenofobia, machismo, gordofobia, diferença entre humor e preconceito. Julgamentos: liberdade de expressão, denunciismo (usar as redes para denunciar supostos crimes ou transgressões), falsa acusação, destruição da imagem de alguém por meio da exposição na internet. Responsabilidade pelas ações on-line: autorização para postar foto/vídeo de outros, autoria de conteúdo, direitos autorais, legislação relacionada ao universo on-line, anonimato ou identidade falsa.
<b>Competências socioemocionais e valores sociomoraís</b>	Assertividade Auto-observação Autorregulação Autorrespeito Compreensão crítica Empatia virtual Habilidades dialógicas

	Julgamento moral Pensamento consequencial Percepção de riscos Respeito ao outro
--	--

Fonte: Elaboração do autor

#### Quadro 4 – Componente curricular: riscos virtuais

<b>Descrição</b>	Trata-se dos perigos que os sujeitos estão expostos na rede, bem como as estratégias de segurança que podem ser utilizadas para preveni-los.
<b>Objetivos</b>	Conhecer e refletir sobre os riscos e perigos que os sujeitos estão expostos na rede, bem como as estratégias de segurança que podem ser utilizadas para identificá-los, preveni-los ou enfrentá-los.
<b>Temas e conteúdos</b>	<p>Golpes: <i>Phishing</i> e <i>catfishing</i> (golpes em relacionamentos afetivos virtuais), perfis falsos, conversa com pessoas desconhecidas, correntes on-line, roubo de dados.</p> <p>Crimes: racismo, discurso de ódio, pedofilia, pornografia, práticas ilegais, Deep web, Dark web, grupos extremistas (Red Pill, <i>incels</i>, Homem Sigma)</p> <p>Manipulação de dados e informações: desinformação, boatos on-line, Deep fake, algoritmos, manipulações de dados e conteúdo durante as eleições (Brasil e EUA), espionagem.</p> <p>Saúde física e mental: uso excessivo do celular, vícios on-line, prejuízos na qualidade da relação presencial, celular como elemento distrativo (na aula, no trânsito etc), jogos de desafios</p> <p>Segurança digital: proteção senhas, perfil privado, bloquear usuários, denunciar páginas ou perfis ofensivos, identificar e denunciar suspeitos de pedofilia e outros crimes.</p>
<b>Competências socioemocionais e valores sociomoraís</b>	Auto-observação Autorregulação Compreensão crítica Julgamento moral Pensamento consequencial Percepção de riscos

Fonte: Elaboração do autor



**Quadro 5** – Componente curricular: uso positivo

<b>Descrição</b>	Trata-se do reconhecimento da tecnologia como ferramenta potente para ações positivas.
<b>Objetivos</b>	Conhecer os movimentos coletivos e ativismo on-line em prol de melhorias sociais, ambientais ou em defesa de direitos humanos. Reconhecer o uso positivo da tecnologia para prestar ajuda. Atuar na internet de forma consciente e respeitosa. Aprender técnicas de comunicação assertiva e escuta empática. Usar as ferramentas tecnológicas de forma positiva.
<b>Temas e conteúdos</b>	Ajuda: redes de apoio on-line Ativismo e Movimentos sociais: defesa dos DH e melhorias sociais. Hacker ativismo Ferramenta positiva: uso da fotografia como recurso didático para fomento da convivência positiva Boas interações: uso consciente e respeitoso da internet e redes sociais
<b>Competências socioemocionais e valores sociomoraís</b>	Auto-observação Autorrespeito Empatia virtual Habilidades dialógicas Julgamento moral Respeito ao outro

Fonte: Elaboração do autor

Consideramos todas essas temáticas apresentadas na matriz curricular acima importantes para um trabalho nessa área, mas ressaltamos que essa matriz não deve ser estática. Ela precisa acompanhar as transformações que ocorrem no espaço on-line, integrando novos temas e afastando aqueles que não fazem sentido para o contexto em que se atua. Dito isso, passemos à apresentação da metodologia de trabalho dos conteúdos que integram as dimensões.

### **Metodologia das aulas**

Indicamos o procedimento denominado Ciclos de Construção Coletiva do Conhecimento (NUNES, 2017). Os ciclos contemplam um conjunto de etapas de trabalho que permitem o avanço no conhecimento de determinado tema, por meio de reflexões e coordenações de perspectivas, tendo como finalidade o estabelecimento de posicionamentos coletivos que representem um compromisso do grupo de estudantes. Nesse sentido, o procedimento atende os pressupostos teóricos apresentados, uma vez que abarca metodologias ativas e integra práticas morais, bem como favorece a cooperação.

Os ciclos seguem cinco etapas. A primeira etapa corresponde ao levantamento de ideias iniciais sobre um tema: pode-se narrar o que sabe, lançar perguntas para satisfazer à curiosidade, apresentar opiniões ou ideias para resolução de um problema. O objetivo desta etapa é engajar

o participante. Podem ser utilizados diferentes recursos pedagógicos para esse fim: análise de caso, conflitos hipotéticos, dilemas, pesquisas, reportagens, imagens, vídeos, entre outros.

A etapa seguinte consiste em conhecer perspectivas diferentes, comparando as ideias que o sujeito apresentou inicialmente com as de outros participantes, por meio de leitura de registros ou discussões coletivas. A terceira etapa tem como finalidade conhecer as ideias de especialistas sobre o assunto em questão. Isso pode envolver pesquisas, entrevistas, aulas dialogadas etc. Em seguida, o participante retoma as próprias ideias, em função do que aprendeu a partir do conhecimento especializado e da troca de perspectivas com os colegas. A etapa final consiste em coordenar as perspectivas, combinar ideias ou chegar a posicionamentos coletivos que representem a visão do grupo ou da turma. Pode envolver acordos coletivos ou produções de materiais elaborados pelos estudantes (campanhas, posts nas redes sociais da escola etc.).

O tempo de duração de cada ciclo depende do número de atividades propostas e do engajamento e participação dos alunos. Os ciclos também podem abarcar conteúdos de componentes distintos, uma vez que eles se inter-relacionam; e devem ser flexíveis, pois podem envolver ações que não estavam planejadas, dependendo de situações reais que ocorrem e estão relacionadas a determinados conteúdos de trabalho.

### **Considerações sobre o programa**

Defendemos a função social da escola como uma das instituições responsáveis pela formação de seres humanos mais éticos, respeitosos, justos, justificando, assim, a relevância e a necessidade de a escola incluir a temática da convivência ética, na internet e fora dela, como algo central em seus planos de ensino. Ademais, consideramos fundamental a instituição educativa se preparar e educar essa geração de crianças e adolescentes para a cidadania digital, uma vez que, hoje, relações sociais são estabelecidas também no espaço virtual. Nesse sentido, inferimos que as escolas devem desenvolver um programa nessa área para trabalhar a temática da convivência ética por meio de um trabalho curricular e sistêmico, necessário para a formação de sujeitos respeitosos, justos, tolerantes, generosos, que pautem suas ações nestes e em outros valores morais, tanto nos ambientes virtuais quanto no meio físico.

Sabemos que a estrutura do programa, da forma como foi apresentada, pode parecer a princípio inviável para muitas escolas, devido à quantidade de temáticas que integram a matriz curricular e a forma como são trabalhadas. Logo, o que sugerimos é que as instituições educativas desenhem seu próprio programa, levando em consideração a própria realidade, mas abrindo necessariamente um espaço institucional e curricular para que tais temas sejam objetos

de conhecimento. Ademais, reiteramos a importância de que um trabalho nessa área precisa ser realizado de forma reflexiva, contínua e sistematizada.

Sendo assim, o presente programa pode inspirar outros programas educativos e esse trabalho pode ser desenvolvido de diversas formas, com diferentes arranjos. Por exemplo, as temáticas apresentadas neste estudo podem ser desmembradas e integrar o currículo do 6º ano do Ensino Fundamental II até o 3º ano do Ensino Médio. Ou ainda, nas instituições que já possuem em sua grade curricular um espaço para a apropriação racional de valores morais, essas temáticas podem ser intercaladas com outras práticas morais que já fazem parte do currículo. O importante é desenvolver um trabalho consistente e contínuo nessa área.

Com relação à faixa etária, os temas que integram a matriz curricular são voltados para os adolescentes, mas sabemos que alunos ainda mais novos já se relacionam em ambientes virtuais e que muitos dos problemas e desafios on-line que abordamos aqui atingem também as crianças. Por isso, recomendamos fortemente o início de um trabalho preventivo já nos anos iniciais do Ensino Fundamental, adequando os temas à faixa etária e organizando um currículo flexível para abordar os conteúdos. Sim, pois a estrutura do currículo não deve ser rígida: qualquer programa nessa área deve abordar temas relacionados ao momento em que se vive.

A respeito da forma como desenvolvemos as atividades, é importante enfatizar que defendemos o uso de metodologias ativas, por isso utilizamos os ciclos de construção coletiva do conhecimento. As propostas devem suscitar o diálogo, o debate, a troca de perspectivas entre os alunos; o educador que conduz não deve dar respostas prontas, mas apresentar dados de pesquisa para que a discussão não fique somente apoiada no senso comum, promovendo desequilíbrios cognitivos nos estudantes. Nesse sentido não basta “aplicar atividades”, é preciso permitir e incentivar os alunos a se expressarem, questionando e ajudando-os a refletirem e buscarem respostas e, dessa forma, avançarem no conhecimento.

Outro aspecto importante que consideramos em nosso programa é a intencionalidade de um trabalho com os valores sociomorais e emocionais. Nossa proposta foi desenvolvida baseada nos pressupostos da psicologia moral, dentro de um grupo de pesquisa que estuda a temática, que é o GEPEM (Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Moral-Unesp/Unicamp), e por isso o desenvolvimento sociomoral aparece como algo intencional, o que diferencia nosso programa de outros (BOZZA, 2016). Nesse sentido, defendemos o planejamento e execução de atividades que visam à formação moral dos alunos e consideramos fundamental atuar para a melhoria da qualidade das relações na internet e fora dela.

O educador que desenvolve o trabalho nessa perspectiva teórica também precisa garantir um ambiente sociomoral cooperativo na sala de aula (DEVRIES; ZAN, 1998), em que as relações de respeito mútuo sejam predominantes e de forma que os valores sociomorais, como justiça, generosidade, respeito, e as competências socioemocionais, como a empatia e a assertividade, sejam vivenciadas. Caso contrário, corremos o risco, por exemplo, de trabalharmos temáticas importantes como o respeito e a (cyber)empatia com os alunos e esses valores não serem experimentados na prática.

## **Conclusão**

Os estudos apresentados neste artigo comprovam o quanto é urgente que as escolas se preparem para trabalhar as temáticas destacadas: é evidente que a convivência em ambientes on-line se faz cada vez mais presente na vida dos nossos alunos, e que impacta nas relações dentro da escola e fora dela, na sociedade como um todo. Já constatamos em nossa pesquisa anterior (BOZZA, 2016) que o trabalho com a convivência virtual sistematizado e contínuo é uma lacuna nas escolas brasileiras. Por isso, reiteramos a necessidade de políticas públicas nessa área, que ofereçam respaldo às instituições educativas e invistam na formação de professores para se capacitarem e se sentirem aptos e seguros para trabalharem essas temáticas.

Por fim, reiteramos o papel fundamental da educação para transformarmos nossa sociedade numa sociedade mais democrática, justa, respeitosa, crítica e acima de tudo humana, lembrando das palavras de Freire (1987, p.87): “educação não transforma o mundo, educação muda pessoas, pessoas transformam o mundo”.

## **REFERÊNCIAS**

ANDRADE, M.; CASTRO, G. A criança conectada: os youtubers mirins e a promoção de modos de ser criança nas lógicas do consumo. **Intexto**, Porto Alegre, n. 52. 2021.

BECKER, F. **Epistemologia do professor**: o cotidiano da escola. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993-2002.

BERENGUER, M. S.; FERNÁNDEZ, M. L. **Internet girls**: autorrepresentación femenina y redes sociales. Máster em Producció Artística, Universitat Politècnica de València, Facultat de Belles Arts, 2019.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, DF MEC/CONSED/UNDIME, 2018.

BRASIL. **Lei n 12.015, de 7 de agosto de 2009.** Altera o título VI da parte especial do Decreto-Lei n 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código penal, e o art. 1º da lei n 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da constituição federal e revoga a lei n 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. Brasília, DF: MJ, AGU, 2009. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm#:~:text=Estupro%20de%20vulner%C3%A1vel-,Art.,a%2015%20\(quinze\)%20anos](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm#:~:text=Estupro%20de%20vulner%C3%A1vel-,Art.,a%2015%20(quinze)%20anos). Acesso em: 15 dez. 2019.

BRASIL. **Lei n 8.069, de 13 de julho de 1990.** Brasília, DF: Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), 1990. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/o-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente>. Acesso em: 10 dez. 2019.

BOYD, D. M. Social Network Sites as Networked Publics: Affordances, Dynamics, and Implications. *In: Networked Self: Identity, Community, and Culture on Social Network Sites*, 2010, p. 39-58.

BOZZA, T. C. L. **O uso da tecnologia nos tempos atuais:** análise de programas de intervenção escolar na prevenção e redução da agressão virtual. Orientador: Telma Pileggi Vinha. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2016.

BOZZA, T. C. L. **Adolescentes e interações on-line:** uma proposta de intervenção educativa visando à convivência ética virtual. Orientador: Telma Pileggi Vinha. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2021. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNICAMP-30\\_7f19fbfd9c23a10e644d1d71b6926b64](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNICAMP-30_7f19fbfd9c23a10e644d1d71b6926b64). Acesso em: 10 jan. 2023.

CAPPELLARI, M. S. V. A pedofilia na pós-modernidade: um problema que ultrapassa a cibercultura. **Em Questão**, v. 11, n. 1, p. 67-82, 2005.

CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO (CETIC). **TIC Domicílios 2020.** Edição COVID-19. Metodologia Adaptada. 2021.

DEMPSEY, A. G. *et al.* Has cyber technology produced a new group of peer aggressors? **Cyberpsychology, behavior, and social networking**, v. 14, n. 5, 2011.

DEVRIES, R.; ZAN, B. **A ética na educação infantil.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

DIGITAL IN (Brasil). **State of digital.** 2021. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2021-brazil>. Acesso em: 10 out. 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Adolescentes e o risco de vazamento de imagens íntimas na internet.** Projeto Caretas. 2019. Disponível em:

[https://www.unicef.org/brazil/sites/unicef.org.brazil/files/2019-02/br\\_caretas\\_pesquisa.pdf](https://www.unicef.org/brazil/sites/unicef.org.brazil/files/2019-02/br_caretas_pesquisa.pdf). Acesso em: 10 dez. 2019.

LA TAILLE, Y. **Limites**: três dimensões educacionais. São Paulo: Ática, 1998.

MIRANDA, A. B. **A influência exercida por youtubers no comportamento de consumo infantil**. 2019. Trabalho de Conclusão do Curso (Bacharelado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.

MONTEIRO, M. C. S. Entretenimento e incentivo ao consumismo no canal do YouTuber Luccas Neto. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 41., 2018, Joinville, SC. **Anais** [...]. Joinville, SC: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2018. Acesso em: 17 nov. 2018.

NUNES, C. A. A. **Ciclos de avanço no conhecimento** - guia prático. Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Moral (GEPEM). Faculdade de Educação da Unicamp, 2017.

PIAGET, J. **O juízo moral na criança**. São Paulo: Summus, 1932/1994.

PIAGET, J. *et al.* **A tomada de consciência**. São Paulo: Melhoramentos, 1977.

PLAN. **Por ser menina**. Relatório Final. São Paulo, 2021.

PUIG, J. M. **Práticas morais**. São Paulo: Moderna, 2004.

RAJANALA, S.; MAYMONE, M. B. C.; VASHI, N. A. Selfies – living in the era of filtered photographs. **JAMA Facial Plastic Surgery**, v. 20, n. 6, 2018. Disponível em: <https://www.liebertpub.com/abs/doi/10.1001/jamafacial.2018.0486>. Acesso em: 12 jan. 2020.

SELMAN, R., L.; WEINSTEIN, E., C. Is cyberbullying all that goes ‘over the line’ when kids are online? **The Conversation**, 2015.

SILVA, R. L. *et al.* Discursos de ódio em redes sociais: jurisprudência brasileira. Direito e Desigualdades no século XXI, **Rev. direito GV**, v. 7 n. 2, 2011. <https://doi.org/10.1590/S1808-24322011000200004>

VALENTE, J. C. L. Regulando desinformação e fake news: um panorama internacional das respostas ao problema. **Comunicação Pública**, v. 14, n. 27, 2019.

VAN, J. *et al.* The association between adolescent sexting, psychosocial difficulties, and risk behavior. **J. Sch. Nurs.**, v. 31, p. 54-69, 2015.

VINHA, T. P. *et al.* **Da escola para a vida em sociedade**: o valor da convivência democrática. Americana, SP: Adonis, 2017.

VRIES, A. D. The use of social media for shaming strangers: young people’s views. *In*: HAWAII INTERNATIONAL CONFERENCE ON SYSTEM SCIENCES, 48., 2015, Kauai, HI. **Proceedings** [...] Kauai, HI, 2015. Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/document/7070057/authors#authors>. Acesso em: 15 jan. 2020.

WINEBURG, S. *et al.* Evaluating Information: The Cornerstone of Civic Online Reasoning. **Stanford Digital Repository**, 2011. Disponível em: <http://purl.stanford.edu/fv751yt5934>. Acesso em: 15 jan. 2020.

WEN, C. L. Educação para saúde mental no cotidiano do mundo digital. **Revista Construção Psicopedagógica**, v. 27, n. 28, p. 5-18, 2018.

WALDERSEE, V. Could you live without your smartphone? **YouGov**, 8 mar. 2019. Disponível em: <https://yougov.co.uk/topics/technology/articles-reports/2019/03/08/could-you-live-without-your-smartphone>. Acesso em: 20 ago. 2019.

### ***CRediT Author Statement***

---

**Reconhecimentos:** Agradecimento especial aos gestores e docentes da escola onde a intervenção foi realizada por viabilizarem a pesquisa.

**Financiamento:** Agência: CNPq, nº. do Proc.: 141625/2017-1

**Conflitos de interesse:** não.

**Aprovação ética:** Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Unicamp. Registro CAAE: 95134318.0.0000.8142.

**Disponibilidade de dados e material:** Os dados e materiais utilizados no trabalho estão disponíveis na Tese de Doutorado intitulada: “Adolescentes e interações on-line: uma proposta de intervenção educativa visando à convivência ética virtual” (Bozza, 2021).

**Contribuições dos autores:** Thais Cristina Leite Bozza é autora deste artigo e contou com a orientação da Professora Telma Pileggi Vinha para a escrita.

---

**Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.**  
Revisão, formatação, normalização e tradução.

